

acervos é agravada pela ausência de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais obstáculos à difusão do potencial informativo de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Ao constatarmos que cerca de metade dos acervos presidenciais brasileiros se concentra na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa objetiva a inventariação e a difusão dos acervos presidenciais a partir da confecção de instrumento de pesquisa e da promoção de atividades voltadas à publicização de documentos de valor histórico e cultural custodiados por instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, pautada na revisão bibliográfica e na análise da legislação brasileira pertinente à preservação dos acervos privados presidenciais brasileiros, os dados compulsados serão reunidos e sistematizados em um instrumento contendo informações pormenorizadas acerca dos acervos, incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso, bem como as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as diferentes práticas de conservação, organização e descrição. Dentre os resultados parciais da pesquisa ora em curso, sublinhamos o mapeamento dos arquivos preservados e a identificação do perfil institucional dos custodiadores dos acervos presidenciais.

Palavras-chave: Arquivos presidenciais; Patrimônio arquivístico; Arquivos pessoais.

Como se estivéssemos em uma teia arquivística: a preservação de redes sociais por instituições arquivísticas

Vitor Serejo
Juliana Maia Mendes

As redes sociais, tais como os arquivos, carregam consigo o que consideramos uma “estrutura de teia”, um emaranhado orgânico que continuamente tece e desfaz os espaços que povoam e são povoados. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel das instituições arquivísticas na preservação das informações publicadas por e em redes sociais. Foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, a partir de análise documental. Considerando que as discussões em torno do uso e preservação de redes sociais deve integrar a construção de políticas de informação, foram analisados guias e manuais de boas práticas para o uso de redes sociais pelo governo federal e resoluções do Conselho Nacional de Arquivos que disciplinam e estabelecem requisitos mínimos para a preservação de mídias sociais. Concluiu-se, dessa forma, a necessária comunicação entre instituições arquivísticas e produtores para se construir políticas de informação que atuem desde o uso de redes sociais até a seleção e preservação dos documentos e informações ali produzidos e disponibilizados.

Palavras-chave: Instituições arquivísticas; Políticas de informação; Redes sociais.

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707): normativas para a produção documental

Diovani Favoreto
Jussara Teixeira

Este artigo propõe uma investigação sobre a história do Brasil colonial e a arquivística, analisando os acervos eclesiásticos brasileiros. O exame das leis e normativas canônicas sob uma perspectiva arquivística lança luz sobre como a Igreja Católica no Brasil colonial produzia seus registros documentais. O objetivo principal é analisar a legislação canônica produzida pela Igreja Católica, evidenciando as particularidades das normativas propostas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que serviram de base para a produção dos documentos acumulados nos arquivos eclesiásticos brasileiros. Busca-se também investigar, de forma comparativa, as principais normativas elaboradas pelo Brasil e pelo Vaticano, desde o século XVI até o século XVIII, identificando semelhanças